

Boletim Gaúcho de Geografia

<http://seer.ufrgs.br/bgg>

A CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DO TEMPO E SEUS REBATIMENTOS SOBRE A COMPREENSÃO DA NATUREZA

João Vitor Gobis Verges

Boletim Gaúcho de Geografia, 41: 241-259, jan, 2014.

Versão online disponível em:

<http://www.seer.ufrgs.br/index.php/bgg/article/view/42621>

Publicado por

Associação dos Geógrafos Brasileiros



Portal de Periódicos UFRGS

UNIVERSIDADE FEDERAL
DO RIO GRANDE DO SUL

Informações Adicionais

Email: portoalegre@agb.org.br

Políticas: <http://seer.ufrgs.br/bgg/about/editorialPolicies#openAccessPolicy>

Submissão: <http://seer.ufrgs.br/bgg/about/submissions#onlineSubmissions>

Diretrizes: <http://seer.ufrgs.br/bgg/about/submissions#authorGuidelines>

Data de publicação - jan, 2014.

Associação Brasileira de Geógrafos, Seção Porto Alegre, Porto Alegre, RS, Brasil

A CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DO TEMPO E SEUS REBATIMENTOS SOBRE A COMPREENSÃO DA NATUREZA¹

JOÃO VITOR GOBIS VERGES²

RESUMO

Levando em consideração que o tempo é socialmente produzido, busca-se com esse trabalho entrelaçar a construção da noção de tempo, decorrida da ascensão da classe mercadora na sociedade europeia, com suas implicações para a transformação da compreensão do tempo da natureza no decurso da história ocidental. Nesse sentido, buscamos analisar a categoria tempo na Idade Média, algumas implicações temporais provindas do advento da classe mercadora e o modo que esse processo pode se relacionar com as concepções de morfogênese e morfodinâmica da natureza.

Palavras-chave: Tempo. História. Natureza. Morfogênese. Morfodinâmica.

INTRODUÇÃO

De maneira geral, quando são abordadas temáticas que correspondem ao tempo da natureza, pouco se trabalha em relação ao ideário ou as características históricas da categoria tempo. Pelo contrário, são observadas considerações sobre esse elemento como uma entidade acima de qualquer questionamento e que se faz possuidora de absoluta compreensão.

Se formos levantar em conta algumas proposições advindas de outros eixos do conhecimento (e chamamos de eixos como mera exemplificação, não considerando que os trabalhos científicos sejam desenvolvidos de modo integrado) poderíamos levantar indagações que nos colocariam em dúvida sobre a verdadeira apreensão dessa categoria pelo saber geográfico.

Nesse sentido, nossa abordagem segue com o propósito de elencar raí-

1 Este artigo busca expor algumas reflexões que compõem os resultados da pesquisa intitulada “Tempo da morfogênese e morfodinâmica” desenvolvida no período de 2009-2010 vinculada ao grupo de pesquisa “Interações na Superfície Terrestre, Água e Atmosfera” (GAIA). A pesquisa foi orientada pelo professor Doutor João Osvaldo Rodrigues Nunes e financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

2 Licenciado em Geografia pela Faculdade de Ciências e Tecnologia - Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Campus de Presidente Prudente. Mestrando em Geografia pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE - Campus de Francisco Beltrão. Membro do “Grupo de Estudos em História e Epistemologia da Geografia”; bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). E-mail: vitorverges@gmail.com

zes sociais e históricas da categoria tempo na interligação com a interpretação da natureza. Não iremos, nesse artigo, expor de maneira pormenorizada as diferentes propositivas em relação ao tempo nos debates científicos disciplinares (como na Física e Astronomia). Nossa proposta está centrada em explorar a conceituação que se faz do elemento tempo no advento do modo capitalista de produção, ou seja, no desmembramento de um mundo fechado, na Idade Média, para a ampliação do modo produtivo, fato que alterou as prerrogativas temporais da compreensão sobre a natureza.

Para isso, elencamos primeiramente um debate sobre a posição conceitual que se possuía sobre o tempo no período que corresponde à Idade Média, à medida que se entrecruzaram duas perspectivas de componentes sociais que interferiram na compreensão temporal. Aqui, estamos abordando os postulados cristãos e as novas necessidades advindas de uma classe mercadora em ascensão.

Seguindo essa proposta de argumentação, faremos algumas ponderações sobre a construção burguesa do tempo. Nesse momento, entra em cena a vitória do tempo burguês em relação ao tempo da Igreja e, de maneira geral, a inovação de uma perspectiva regida pela relação entre o homem e o espaço.

Por fim, desenvolvemos uma breve discussão a propósito das compreensões sobre o tempo da natureza, que muito se enraízam nessa última perspectiva, sobretudo, relacionando dois conceitos utilizados pela Geomorfologia na abordagem geográfica. Assim, são pelas inserções da morfogênese e da morfodinâmica do relevo que enviesaremos nosso debate no intuito de expor uma síntese da construção do tempo da natureza como historicamente engendrado.

O TEMPO NA IDADE MÉDIA

Nosso recorte inicial parte da compreensão medieval em relação ao tempo até a sua superação, passando pelos vieses internos que foram minando suas estruturações. Assim, iremos expor quais as características do ideário cotidiano e, sobretudo, quais elementos foram centralizadores do tempo nesse período.

Nesse ínterim, as condições sociais, econômicas e culturais do mundo feudal é que norteiam a abordagem no sentido de evidenciar o universo medievo enquanto portador de diferentes concepções quando comparado ao mundo moderno, sobretudo quando pensamos o tempo da natureza.

Nesse contexto, partiremos de alguns contrapontos entre o tempo da Igreja e o tempo que se construiu com o advento embrionário da burguesia que, posteriormente, se colocaria como a ponta de lança na afirmação do modo capitalista de produção. Ampliando a noção,

temos a perspectiva de que o conflito entre tempo da Igreja e o tempo dos mercadores afirma-se pois em plena Idade Média, como um dos acontecimentos maiores da história mental destes séculos, durante os quais se elabora a ideologia do mundo moderno (LE GOFF, 1993, p.44).

De modo categórico, a sociedade feudal, fechada em seus domínios (feudos), complexificou a noção de tempo-espaço que se possuía no mundo antigo. O que havia era a estruturação de um mundo em que as instituições sociais eram intrínsecas às que correspondiam aos arcabouços religiosos. Com isso, a noção de tempo que se possuía estava, também, regida por esse processo, ou seja, pela configuração social em que se encontrava o continente europeu.

Assim,

o clero medieval, instruído nas Sagradas Escrituras, habituado a tomar a Bíblia como ponto de partida da sua reflexão, considerou o tempo a partir dos textos bíblicos e da tradição legada, além do livro Santo, pelo cristianismo primitivo. (LE GOFF, 1993, p. 45).

Partindo dessa noção inicial, de que temos os elementos das relações espaço-tempo embebidos nas fontes cristãs, podemos adentrar nas prerrogativas da categoria tempo que se constrói de maneira diferente em diversas espacialidades e possui suas peculiaridades mediante o momento histórico em que se insere. Para entendermos essas relações, temos que,

Como realidade vivida, o decurso temporal não é algo natural aos homens, como se lidássemos com um elemento objetivo e invariável ao longo das sociedades. Mas sim que tratamos com um produto de interações sociais, selado por heranças e dinâmicas culturais, disposto a partir formas de sociabilidade e intervenções coercitivas de ambições de controle e poder (RUST, 2008, p.2/3).

A sociedade ocidental construiu sua perspectiva temporal e, de modo sintético, desembocamos nessa arrumação em torno de uma noção que sustenta as prerrogativas do sistema capitalista de produção e seus desdobramentos sociais, políticos e econômicos. Por assim dizer, põe-se, aqui, em causa do processo de laicização dos domínios humanos capitais, dos próprios fundamentos e quadros da atividade humana: tempo de trabalho, dados da produção intelectual e economia (LE GOFF, 1993, p. 45).

A noção temporal, dentro do período que se insere o sistema feudal, se dá como um reflexo direto das condições sociais que a história ocidental dispõe. Assim, é pela abordagem dos conteúdos de um espaço fragmentado e de uma estruturação ideológica construída por intermédio da Igreja Católica que se assegura o caminho para a explicitação do tempo nesse contexto.

Seqüenciando a análise, fica claro para nós que o nascimento de uma perspectiva central, pensando a natureza, tendo a personificação divina como ordenadora, trouxe um modo característico de observação e percepção dos elementos da realidade, como o tempo.

Com a elaboração da natureza pautada na propositiva teológica, a hegemonia da estruturação do tempo também esteve apoiada sobre esse pilar. Assim, caminhamos no sentido contrário da visão clássica de linearidade, ou seja, do tempo do mundo sensível como a imagem distorcida e insuficiente do tempo do mundo inteligível (AMARAL, 2010). Como nos explicita Paolo Casini (1977, p.80),

ao se perder o sentido terrestre e material da *Physis*, os padres da igreja latina designaram com o termo natureza o conjunto das coisas inanimadas ou viventes que o Deus judaico da Bíblia havia criado nos seis dias do Gênesis³.

A idéia de retinilidade do tempo advém da noção de passado, presente e futuro forjada pelo homem cristão. A perspectiva de haver saído do paraíso, entrado em um mundo de pecado e buscar o paraíso final, trouxe certa noção de história. Este tempo é linear, tem um sentido, uma direção, tende para Deus (LE GOFF, 1993, p.47).

Esse caminho, no sentido do Deus supremo, trouxe para o mundo ocidental uma nova constituição de abordagem nas relações do homem com os arranjos de sua existência. O aparecimento do Cristo, a realização da promessa e a encarnação dão ao tempo uma dimensão histórica, ou melhor, um centro (LE GOFF, 1993, p. 46).

Essa nova concepção de realidade temporal, que se insere na relação homem/espaco, ou então, homem/natureza, se coloca como além da compreensão do tempo como infinito, cíclico, hegemônica na antiguidade clássica. Essa perspectiva, às vezes obscura, fica muito bem exposta nos dizeres de Amaral (2010, p.159) que seguem abaixo. Assim,

ainda que no Novo Testamento o tempo, *aion*, significasse muitas vezes o tempo eterno, a eternidade, este significado, contudo, não pode ser tomado em absoluto. Assim o encontramos como sinônimo de eternidade no novo testamento, mas não ao tempo presente. Refere-se assim a um tempo remoto, longuíssimo e ininterrupto, a um tempo estranho ao atual.

No caminho de entendermos a noção posta como estruturada em passado, presente e futuro, é pertinente apontarmos os dizeres de Rust (2008,

3 al perdese el sentido terrestre y material de la *Physis*, los padres de la iglesia latina designaron con el término naturaleza al conjunto de las cosas inanimadas o vivientes que el Dios judaico de la Bíblia habia creado en los seis dias del Génesis (CASINI, 1977, p.80).

p.3) que nos esclarece de modo sucinto essa concepção. Portanto, o tempo,

isto é, consistia em revestir a duração de qualificações espirituais, de ressonâncias sobrenaturais, tornando-a a sucessão de momentos e eras desencadeada no ato da criação e que, tendo a eternidade por pano de fundo, transcorria irreversivelmente para o Apocalipse, o fim dos tempos.

Nesse sentido, por tal fato, o cristão deve, ao mesmo tempo, renunciar ao mundo, que é apenas a sua morada transitória e optar por ele, aceitá-lo e transformá-lo, já que é o suporte da história atual da salvação (LE GOFF, 1993, p.46).

Para entendermos melhor o aion, tempo longo, devemos pensar que se constitui no tempo de Deus, seja no passado da criação, onde lá estava o criador, seja no futuro de seu próprio reino (AMARAL, 2010 p. 160). Desse modo,

para os primeiros cristãos, a eternidade não se opõe ao tempo, nem é, como por exemplo para Platão, a ausência de tempo. Para eles, a eternidade não passa da dilatação do tempo até o infinito, a sucessão infinita dos aiones, para retomar um termo do Novo Testamento, tanto espaços de tempo delimitados com precisão como uma duração ilimitada e in-calculável (LE GOFF, 1993, p. 46).

Esse rebuscamento da noção de tempo, no permear da Idade Média, provém de uma construção social que abarcava diversos elementos em seu funcionamento, como, por exemplo, o espaço fragmentado. Nesse sentido, o tempo exhibe-se sempre como um ingrediente constitutivo dos mais diversos repertórios de relações com o mundo e com o outro (RUST, 2008, p.2).

Para Bauab (2005), a indeterminação do espaço é elemento fundamental para a indeterminação do tempo. Desse modo, o tempo é composto por uma complexidade de conteúdos, tão quanto o espaço. Temos, assim, que

em verdade, ambos se imbricam no fechamento do mundo terreno, criado, finito; está ele fechado enquanto símbolo, significante de um significado oculto, transcendente, todo ele relacionado com a própria história e princípios básicos do cristianismo (BAUAB, 2005, p. 76).

Tendo como componente chave o mundo pautado nas instruções cristãs, se torna importante evidenciar algumas concepções peculiares que circundavam a lógica da compreensão do tempo na época.

O mundo medieval, cristão, era pensado como criação divina. Esse Deus, em sua plenitude, criou e ordenou todo o cosmos. Esse movimento criativo se realizou em seis dias, sendo o sétimo dia abençoado. Como segue referenciado nas Escrituras Sagradas do cristianismo,

ora havendo Deus completado no sétimo dia a obra que tinha feito, descansou nesse dia de toda obra que fizera. Abençoou Deus o sétimo dia, e o santificou; porque nele descansou de toda sua obra que criara e fizera (Livro do Gênesis, capítulo I, versículo II).

A criação do mundo por Deus, em seis dias, como vimos acima, nos mostra uma perspectiva linear. Os acontecimentos dos fatos se dão de modo que um se sobreponha ao outro no devir de realizações de trabalho e, posteriormente, um descanso se dará eternamente. Por esta perspectiva, se tem que

o macrocosmos – O universo – passa, tal como esse microcosmos que é o homem, por seis idades correspondentes aos seis dias da semana. A enumeração habitual distingue: a criação de adão, a lei de Noé, a vocação de Abraão, a realeza de David, o exílio de Babilônia e o advento de Cristo. E assim são também as seis idades do homem: a infância, a adolescência, a juventude, a idade madura, a velhice e a decrepitude (LE GOFF, 1983, p.207/208).

Devemos expor, também, que essa noção de tempo possuía seus pontos de contradição. De modo geral, os meios camponeses, onde o tempo era, sobretudo, o tempo da natureza e de seus ciclos, possuíam uma percepção do tempo ainda mais sensivelmente cíclica. Para os homens do campo, as colheitas marcam o início de um novo ano (AMARAL, 2010, p. 162).

Na abordagem sobre o tempo da natureza aferido pelos camponeses, nos cabe observá-lo como um agente em estado de superação pela lógica da construção temporal dos mercadores. Mesmo imbricado numa perspectiva em que se buscava a associação com a noção cristã, o tempo cíclico se colocava como uma percepção em superação. O que se mostra é que o movimento cíclico do tempo impunha as mesmas condições no cenário da eternidade. Essa noção, advinda da antiguidade clássica, possuía ainda alguns resquícios.

Uma importante reflexão dentro da lógica do tempo feudal, de modo que influenciará posteriormente a emergência da modernidade, é o tempo dos mercadores, como se referia Le Goff. De acordo com Rust (2008, p.4),

o mercador vivenciava o tempo de maneira oposta, considerando-o um artefato profano: um quadro rotineiro e habitual de medidas e referências para a orientação em meio à trama de acontecimentos que o envolviam, tais como planejamento de viagens, avaliação de ganhos, estimativa da produção, etc.

Existe, nesse momento, a discussão que se engendra na perspectiva de salientar as dualidades ou, então, as diversas concepções de tempos que um mesmo período pode conceber em si. Devemos expor que a realidade é múltipla e os diversos mecanismos de abordagem sobre a mesma convivem de maneira conflituosa, imperando o que possuir maior sustentação no cenário histórico. Com isso,

deixemos apenas perceber, a partir de agora, de que forma o desmoronar das estruturas mentais abre fendas nas formas tradicionais do pensamento: por elas se introduzirão e repercutirão as carências espirituais ligadas às novas condições econômicas e sociais (LE GOFF, p.48, 1993).

Posteriormente, como a história nos mostra, o tempo dos mercadores irá compor o cenário do mundo ocidental como predominante, vencendo as imposições do tempo da Igreja. Explicitando melhor a noção de tempo do mercador, temos que,

ao tempo do mercador, que é condição primordial do ganho, uma vez que quem tem dinheiro pensa em tirar proveito da espera do reembolso de quem o não tem a sua imediata disposição, pois o mercador fundamenta sua atividade em hipóteses em que o tempo funciona como a própria trama – armazenamento provendo fomes, compra e revenda nos momentos favoráveis, deduzidos do conhecimento da conjuntura econômica, das constantes do mercado dos gêneros e do dinheiro, o que implica toda uma rede de informações e de correios, a esse tempo opõe-se o tempo da igreja, tempo que só pertence à Deus e não pode ser objeto de lucro (LE GOFF, 1993, p. 45).

Seguindo essa linha de pensamento, temos que, para o período em questão, o tempo deveria simplesmente ser vivido, como condição instituída por Deus ao homem retirado do paraíso, esse tempo não poderia se tornar objeto a ser apreendido. Apanhá-lo, medi-lo, tirar partido ou vantagens era um pecado. Desviar sua parcela é um roubo (LE GOFF, p. 205, 1983). No primeiro plano destas acusações feitas aos mercadores, figura a de que o seu ganho pressupõe uma hipoteca sobre um tempo que só a Deus pertence (LE GOFF, 1993, p.43).

A questão central é justamente opor o tempo da Igreja ao tempo dos mercadores, como dois componentes de uma estruturação social que, posteriormente, associado a outros fatores, resultariam no sistema capitalista de produção.

O tempo de Deus, no período em questão, não se configura em um tempo simples que se passa somente pela noção de passado, presente e futuro desde o advento da criação. Também é isso, mas, no seu âmago, como mecanismo de sustentação, vem recheado de imaginários e simbologias que o faz ser transcrito em realidade. Desse modo,

tal tempo, do início ao fim, caminha repleto de contingências. Não é uma construção processual, uma cadeia de causas e efeitos alcançada à própria sorte. É um mecanismo pelo qual Deus transubstancia a realidade no movimento do próprio cosmos, que conta sua história (BAUAB, 2005, p. 77).

A natureza, aqui, está inserida numa perspectiva histórica e divina. O tempo, por si, também. Os acontecimentos, de modo geral, eram abordados de maneira que se sistematizasse uma conceituação de suas ordenações na perspectiva cristã. O que se concebia era que mediante as alterações divinas (a transubstanciação) os componentes naturais agiam para o benefício ou castigo dos homens. Nesse ínterim, o tempo era ele, também, reflexo imperfeito, fragmento do eterno, tecido por Deus que, em sua ponta, coloca o homem enquanto instrumento de providência (BAUAB, 2005, p.77).

Para complementar a idéia, temos que a Idade Média permaneceu sob uma temporalidade eclesiástica selada pelo sobrenatural, embriagada de simbólico, atrelada ao tradicional e enraizada numa economia agrária selada por limitações (RUST, 2008, p.7).

Essas concepções de tempo, pensando esse período como balizador no caminhar histórico da sociedade ocidental, foram forjadas da relação direta do homem com o ambiente físico que o cercava, ou seja, a natureza. Essa natureza, de modo categórico, era a representação do espaço em que Deus atuava para conduzir a humanidade ao seu destino final, o paraíso, e, ao mesmo tempo, era cenário da construção de uma nova perspectiva forjada pelos mercadores.

Como nosso intuito se concentra em evidenciar que as noções de tempo são transformadas, ou seja, são construídas mediante o seu contexto histórico, cabe aqui compreender que a estruturação feudal, associada ao cimento social católico que engendrava a perspectiva temporal da época, passou dessa noção para uma noção híbrida, onde outro sistema se constituiu para responder às necessidades da classe social que emergia.

Essa perspectiva não é tecida como um pano contínuo e homogêneo, mas sim como uma luta de diversos componentes da realidade que estão agindo a fim de firmar suas prerrogativas como dominantes.

O exemplo desse debate, por nós já elencado, é a dualidade tempo da Igreja/tempo dos mercadores. Essa concepção nos deixa entender que, de maneira intensa, o sistema feudal foi criando suas rachaduras e suas limitações no que correspondia à concepção holística do mundo e, nela, a passagem do tempo.

Esses veios que constituíram a noção temporal correspondem à reestruturação do mundo europeu, ao ressurgimento significativo das cidades e às novas necessidades que o momento impunha para o florescimento de um novo modo de produção.

A CONSTRUÇÃO BURGUESA DO TEMPO

No item antecedente se discutiu a perspectiva do tempo da Igreja e o tempo dos mercadores, inicialmente, a partir da lógica que se engendrava ainda no sistema feudal. Como já mencionado, do sistema feudal para o em-

brionário sistema capitalista de produção, foram criadas rachaduras e ampliações no que correspondia à noção interna da passagem do tempo, cujos principais agentes foram a Igreja e a classe mercadora em ascensão.

De modo geral, as características do mundo gerado pela ascensão da classe mercadora trouxeram impactos significativos que rebatem no contexto histórico da sociedade ocidental. Nesse sentido, as bases do atual regime do tempo ou, genericamente, das temporalidades, se encontram enraizadas no transformar do mundo feudal para a consolidação, na história, do mundo ocidental capitalista.

Assim, temos que as concepções de tempo e do espaço são criadas necessariamente através de práticas e processos materiais que servem à reprodução da vida social (HARVEY, 2003, p. 189).

Como nos evidencia Bauab (2005, p. 141), internamente, a Europa passava, já algum tempo, por uma série de transformações que lhe fariam visitar seus valores, a teoria desenvolvida dentro dos limites dos dogmas cristãos. Com isso,

o fim da sociedade feudal e a hegemonia da sociedade burguesa (genericamente identificado como o período que vai do renascimento ao iluminismo) são, entre outros, um processo de desenvolvimento e hegemonização de um novo processo produtivo, cujo o objetivo fundamental ultrapassa os limites da subsistência e atinge o paradigma da acumulação (SANTOS, 2002, p. 28).

O que interessa para nós, de modo que entendamos as novas estruturas que desembocaram nas propositivas teóricas e sociais sobre a questão temporal da natureza, é como essa nova concepção trouxe algumas fundamentações sobre o ideário do cotidiano, em nosso caso, o ideário do tempo. Portanto,

junto as turbulências do século XIV, adveio a passagem do tempo medieval ao moderno: o primeiro identificado com o tempo da igreja (... , impreciso e ritmado pelas horas canônicas) teve, cada vez mais, de ceder espaço ao segundo, tido como sinônimo do tempo mercador (urbano, de maior precisão e orquestrado pelo relógio mecânico) (RUST, 2008, p. 5).

Nestes termos, mudavam-se as feições do mundo conhecido e, simultaneamente a isso, eclodiram várias formas de explicação da realidade que em muito diferiam dos valores correntes na Idade Média (BAUAB, 2005, p. 141).

Parafraseando Douglas Santos, em seu livro *"A Reinvenção do Espaço: diálogos em torno de uma categoria"*, Espaço e Tempo, percebidos por nós hoje, são estruturas pautadas no âmbito do simbólico que, intrinsecamente, foram engendrados pelo advento da sociedade burguesa. Sendo assim, o tempo burguês

rompe a noção fluida e contínua do tempo feudal, apontando como de fundamental importância a construção do tempo sincopado, metrificado, condição e limite do processo de controle e apropriação do trabalho proletariado (SANTOS, 2002, p. 29/30).

É a consolidação do processo de controle e apropriação do trabalho proletariado que nos ajuda a compreender, por um lado, as perspectivas sobre o tempo da natureza nesse processo. Um bom exemplo, adiantando uma discussão próxima, são as noções de morfogênese e morfodinâmica na abordagem sobre o relevo. A última, de modo geral, pode-se dizer que nasce de um complexo arcabouço de possibilidades teóricas que são oriundas das transformações da concepção de tempo, ou seja, está inserida no contexto das possibilidades de leituras da construção da sociedade capitalista.

Na intenção de compreendermos como o transformar do feudalismo e os novos elementos do novo mundo que emergia alteraram o tempo, temos que evidenciar alguns componentes que contribuem para esse entendimento.

A quebra do elemento divino, pautado em presente, passado e futuro, da noção feudal, é artifício balizador nesse processo. Assim, como outro exemplo de que o tempo se alterou mediante o desenrolar da história, temos as notações artístico-musicais que nos ajudam a entender como esse conceito foi se alterando na perspectiva do cotidiano.

Em Szamosi *Apud* Santos (2002), encontramos a exposição da compreensão temporal pela música. Desse modo, as melodias eram cantadas, no início do período medieval, monofonicamente, mudando somente as oitavas. Conforme foi passando o correr do “tempo”, leiamos isso como o percurso histórico da sociedade ocidental, foi se introduzindo intervalos variáveis entre as partes, ressaltando um novo momento temporal. Assim, uma segunda melodia se cantava em contraposição à primeira, variando as notas e métricas. Nesse passo, nasce em Paris uma escola de música polifônica.

Essas transformações, pensando de maneira fluida, são caracterizadas da superação espiral do mundo feudal. Portanto,

o primeiro ponto a ser destacado é o fato de que no século XI iniciam-se movimentos, mesmo que tênues, no sentido de se construírem as condições que viriam, mais tarde, romper de forma explícita com o pensamento feudal (SANTOS, 2002, p.48).

Como observamos, o próprio desenvolvimento da sociedade feudal forçou os arranjos que contribuiriam para sua superação. Desse modo, quando nos remetemos a uma sociedade industrial, já consolidada pelo sistema capitalista de produção, nos fica exposto que,

o tempo (...) pode ser mobilizado para atender as exigências do tempo industrial, que aloca e realoca o trabalho para tarefas segundo vigoroso-

os ritmos de mudança tecnológica e locacional, forjados pela busca incessante de acumulação de capital (HARVEY, 2003, p. 188).

A sociedade engendrada pela classe mercadora, no seu âmago de acumulação, alterou a concepção de tempo e, com esse movimento, alterou, também, a noção de tempo da natureza. Nesse ínterim, nos fica exposta a multiplicidade das qualidades objetivas que o espaço e o tempo podem exprimir e o papel das práticas humanas em sua construção (HARVEY, 2003, p. 189).

Assim,

a objetividade do tempo e do espaço advém, em ambos os casos, de práticas materiais de reprodução social; e na medida em que estas podem variar geográfica e historicamente, verifica-se que o tempo social e o espaço social são construídos diferencialmente (HARVEY, 2003, p. 189).

Por essa abordagem, fica evidente que os diferentes tempos produzem diferentes concepções sobre as noções de tempo-espaço, ou seja, diferentes concepções de natureza. Também se pode pensar que certos referenciais locacionais podem apresentar concepções de tempo e espaço de maneiras destoantes.

Como exemplificação desse processo, temos as noções do tempo da Igreja e do tempo dos mercadores no feudalismo, ambos dividindo uma mesma espacialidade e contexto, entretanto, propondo maneiras diferentes de abordar o próprio tempo. Em nosso caso, nos resguardaremos em analisar o mundo ocidental de maneira geral, como reflexo da construção burguesa de sociedade, buscando expor as diferentes vertentes/concepções no movimento dialético da história.

No sentido de expor como, inicialmente, se deu o processo de implementação do tempo do mercantilismo, se torna interessante salientar algumas exemplificações que Jacques Le Goff nos mostra em seu livro “Para um novo conceito de idade média: tempo, trabalho e cultura no ocidente”.

O forjar do tempo, a partir da instalação do relógio mecânico em algumas cidades, onde a indústria têxtil se fazia com as características do início das manufaturas, é um bom indicador desse contexto. Assim, pelo menos nas cidades têxteis, abate-se sobre elas um novo tempo, o tempo dos tecelões. Porque este tempo é o tempo do domínio de uma categoria social (LE GOFF, 1993, p.65).

Importante se faz notar, também, que a construção de uma perspectiva temporal pautada no relógio mecânico é, sobretudo, espacial, ou seja, no contato direto com os componentes da realidade imediata que a classe mercadora em ascensão experimenta. Desse modo,

a partir de agora, a perspectiva, mesmo que não passe de uma nova esquematização, mesmo que pressuponha uma visão não “natural” e corresponda aos postulados de um olho abstrato, traduz os resultados da experiência científica, é a expressão de um conhecimento prático de um espaço, no qual os homens e os objetos são atingidos sucessivamente – segundo etapas quantitativamente mensuráveis – pelas tentativas humanas (LE GOFF, 1993, p. 54).

A exposição acima evidenciada pode elencar que, devido a sua realização no espaço, e a produção deste, as sociedades vão construindo suas estruturas de funcionamento e, de modo categórico, essa estrutura rebate em suas concepções de mediação entre homem e natureza.

Mais precisamente, é daí que se pode elencar um debate sobre o metabolismo social que corresponde à atuação e a interpenetração sociedade/espaço como elementos necessariamente intrínsecos na abordagem sobre a natureza.

Essa relação entre espaço e novas propositivas do tempo são, também, balizadoras em nossa análise na medida em que estamos considerando a relação homem/espaço como sendo a mediação entre o homem e a natureza pelo trabalho. Ou seja, o trabalho, aqui, é a interface que faz a ligação entre a atuação da sociedade e o espaço geográfico.

Os mercadores, quando passaram a desenvolver essa faceta da relação metabólica da sociedade com a natureza, se deram com a necessidade de construir uma nova noção de tempo, uma noção regulada. Como nos evidencia Le Goff (1993, p.51),

quando se organiza uma rede comercial, o tempo torna-se objeto de medida. A demora de uma viagem, por mar ou por terra, de um lugar para o outro, o problema dos preços que, no decorrer de uma mesma operação comercial, e mais ainda quando o circuito se complica, sobem ou descem, aumentam ou diminuem os lucros, a duração do trabalho artesanal ou operário (...) tudo isso se impõe cada vez mais à sua atuação e se torna objeto de regulamentação cada vez mais minuciosa.

Para o mercador, todo o desenvolvimento das tecnologias, ou, então, do “meio tecnológico”, exige um tempo que seja medido de maneira uniforme. Essa estruturação temporal, obviamente, se mede com as prerrogativas ideológicas do tempo, uma vez que a noção cíclica ou a noção eclesiástica de passado, presente e futuro se faziam insuficientes para suas ambições sociais.

Seguindo essa idéia, temos a seguinte afirmação que compõe outra exemplificação desse momento de transformação social do tempo: assim, o mercador descobre o preço do tempo na mesma altura em que explora o espaço, pois para ele a duração essencial é a de um trajeto (LE GOFF, 1993, p. 53).

A concepção espacial novamente entra em voga para entender a apropriação do tempo pelos mercadores. Os trajetos eram de vital importância para a mensuração dos produtos que se buscava comercializar. Desse modo, à medida que se variavam as distâncias, ou seja, à medida que diminuía ou aumentava a espera pela realização das transações de comércio, eram também variadas as obtenções de lucro. Com isso, a mensuração do valor do tempo está absolutamente enraizada na relação da classe comerciante com o espaço.

Mediante essa nova propositiva de tempo, a Igreja buscou se inserir na questão de modo que se universalizasse a nova concepção temporal e a tornasse um elemento não mais de transgressão pela classe mercadora. Ou seja, no sentido de legitimar as atividades recorrentes, e, após certo momento, inevitáveis, a igreja cristã tomou medidas para aceitar a “laicização” do tempo sem que suas perspectivas fossem completamente subjugadas. Um exemplo disso é a instalação de sinos que regulavam a manufatura têxtil em pátios de mosteiros, independentes dos sinos da Igreja. Logicamente, esse processo simbolizava o triunfo da construção do tempo do mercador. Desse modo,

sucede que a falência da concepção tradicional do tempo teológico cristão irá também arrastar consigo, nos séculos XIV e XV, o novo equilíbrio que os teólogos, canonistas e moralistas do século XIII, haviam começado a elaborar, sob a influência decisiva das ordens mendicantes – no âmbito de uma reconsideração mais geral do “homo faber”, imposta pelos novos dados socioeconômicos das técnicas do labor (LE GOFF, 1993, p.58).

Com essa perspectiva, fica claro que o mercador, nesse momento, pode usar do tempo da maneira que melhor lhe aprouver, não está em choque com a sua cristandade, pelo contrário. Assim, houve a criação de uma base estrutural religiosa onde o tempo dos mercadores não interferia no tempo da igreja.

A introdução dos sinos nas cidades onde a indústria têxtil se localizava, nesse momento indicamos o setor econômico que possuía mais peso, se fazia como o símbolo signifiante da transformação burguesa da realidade. Esse processo se faz pertinente quando o co-relacionamos à constituição do tempo da natureza. Como nos mostra Harvey,

simbolizados pelos negócios e sinos que chamavam os trabalhadores para trabalhar e os mercadores para comerciar, afastados dos ritmos “naturais” da vida agrária e divorciados das significações religiosas, os mercadores e mestres criaram uma nova “rede cronológica” em que a vida cotidiana foi aprisionada (HARVEY, 2003, p.208).

A natureza, nesse ínterim, foi rompida como sendo o instrumento norteador do tempo social, ou seja, se construiu uma nova consideração que, posteriormente, se torna “natural”. Pensando a sociedade medieval como obviamente agrária e marcada pelas inserções religiosas sobre o cotidiano, a propositiva dos mercadores revoluciona o modo como as pessoas se inserem e compreendem a natureza. Nesse momento, se enraíza a noção de que para os lucros o homem deve observar/compreender a natureza e, de maneira intrínseca, dominá-la.

Esse debate, sobre a dominação da natureza, no sentido de obter dela frutos que se convertem em valores, se vale de uma perspectiva tanto científica, cultural, quanto política, dentre outras abordagens que compõem o cenário da totalidade. Em nosso caso, estamos buscando evidenciar que a ascensão da classe mercadora alterou a perspectiva temporal da Idade Média e, com isso, posteriormente, a noção de tempo que se instituiu para entender a natureza.

No intuito de aprofundar a análise, nos interessa evidenciar que as relações entre sociedade e natureza se dão de modo em que a troca entre elas caracteriza a perspectiva das propositivas sobre o tempo e, em nosso caso, o molde do tempo da natureza pelo engendrar dos aportes socialmente construídos.

Pode alguém, ao ler esse trabalho, se perguntar: Mas o tempo da natureza não é sempre o mesmo? A natureza não se encontra, em si, nos seus processos de atuação, no sentido da conversão entre matéria e energia, como em qualquer outro momento? Nosso intuito fica em expor que não. Como nos evidencia Neil Smith,

no trabalho, (...), os homens incorporam suas próprias forças essenciais em objetos naturais e as coisas naturais adquirem uma nova qualidade social com valores-de-uso. Daí a “natureza ser humanizada, enquanto os homens são naturalizados”. Nessa interação metabólica, a natureza fornece ao trabalho tanto seu sujeito quando seu objeto (SMITH, 1988, p.51).

Desse modo, nos fica exposto que a compreensão temporal da natureza, pelo viés da sociedade, se dá através do trabalho, sendo que a natureza se modifica ao mesmo tempo em que modifica o homem numa simbiose, ou seja, no relacionamento metabólico. Com isso, o tempo da natureza é caracterizado na medida em que a relação homem/espço se configura, ou seja, o tempo “natural” não é estático ou permanente, mas construído socialmente.

Vale lembrar que essa construção do tempo não se deu de maneira simples e facilmente aceita pela sociedade que compunha o contexto da virada da Idade Média para o desenrolar da modernidade.

Esse processo, de maneira geral, ativou reclamações e tentativas de escape por parte de trabalhadores que se encerravam nas manufaturas têxteis.

Entretanto, no intuito de romper e desestabilizar esses rompantes, a classe mercadora se utilizou de formas abruptas para contê-los que, assim, compõe, também, as raízes da construção de uma ideologia burguesa. Como exemplo, nos afirma Le Goff (1993, p.65),

a burguesia têxtil protege o sino do trabalho, tomando medidas mais ou menos drásticas. Primeiro, por multas. Em Gand, entre 1358 e 1362, aos trabalhadores da lã que não se conformaram com as imposições (...) foram aplicadas multas.

E complementa,

se os operários se apoderassem deste sino para com ele dar o sinal de revolta, as mais pesadas penas os atingiriam: multas (...) e para os que tangessem o sino com o fim de chamar à revolta contra o rei, os almotacés ou empregado carregado do sino, seria a pena de morte (LE GOFF, 1993, p.66).

Portanto, fica evidenciado que o advento da noção temporal, que corresponde ao embrionário processo das práticas sobre a natureza no mundo ocidental, não foi um processo pacífico e hegemônico, pelo contrário, foi uma construção dialética onde uma luta de classes se imprimiu de modo categórico.

Nesse ínterim, esse processo deu origem à paisagem familiar do capitalismo [posteriormente] industrial, com a folha de ponto, relógio, os informantes e as multas. A batalha em torno de minutos e segundos, do ritmo e da intensidade das escalas de trabalho, da vida de trabalho (HARVEY, 2003, p.211).

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE OS “TEMPOS” DA NATUREZA: MORFOGÊNESE E MORFODINÂMICA

Seguindo a linha de exposição do nosso trabalho, no sentido de evidenciar de maneira abrangente a construção do tempo na perspectiva ocidental burguesa, iremos contextualizar algumas raízes das concepções que elencamos em relação à natureza, desenvolvidas, sobretudo, pela Geomorfologia na Geografia.

Para cumprir com esse objetivo, nosso cenário de explanação contemplará as visões de morfogênese e morfodinâmica que, de modo intrínseco ao pensamento da natureza, são elaborações de análise temporal que se configuram como uma síntese dos processos históricos engendrados a partir da construção do tempo que, anteriormente, exemplificamos.

Assim, podemos entender que, no contexto atual da ciência geográfica, existem abordagens que correlacionam um tempo da natureza e um tem-

po da sociedade que convivem numa perspectiva de interação, relacionando processos atuantes e modeladores da superfície terrestre, ao contrário da perspectiva pautada na providência divina. Como exemplo, temos que,

o chamado tempo da natureza está relacionado com dinâmicas estritamente naturais, enquanto o tempo do homem está relacionado com dinâmicas combinadas da sociedade e da natureza. Percebe-se que, embora haja duas periodizações nas análises do tempo, na realidade elas ocorrem simultaneamente. Os eventos naturais não cessam enquanto os processos sociais de ocupação/apropriação do relevo e sua conseqüente transformação ocorrem (SANTOS, 2009, p.25).

Nesse sentido, é pertinente expor que essas periodizações na análise do tempo são observadas pela lógica de atuação do capital, ou seja, pelo processo que compreende a construção do modo capitalista de produção. A noção de tempo da natureza está carregada de significados que transcendem sua compreensão enquanto um tempo que atua por si mesmo. Pelo contrário, a inserção da noção do tempo social, em paridade com o tempo da natureza, é fruto da ascensão burguesa, visto que no período anterior, numa escala ampla, trabalhado por nós como sendo o tempo característico na Idade Média, a propositiva maior era da ação divina enquanto instrumento de providência para o homem.

Desse modo, é na estruturação da sociedade capitalista, junto ao parcelamento e especialização do trabalho, que se constitui as novas compreensões do conceito de tempo da natureza. Assim, a partir da estruturação do mundo burguês, foi possível o desmembramento do tempo na mesma perspectiva em que o trabalho e, também, a ciência se parcelaram.

O tempo da sociedade, construído junto ao tempo da natureza, corresponde exatamente a esse movimento entre as atuações humanas e suas relações num ambiente disposto. Destarte, a relação tempo/espaco se mostra categoricamente na materialização da relação sociedade/natureza.

Como nos aponta Neil Smith (1998, p.51), nessa interação metabólica, a natureza fornece ao trabalho tanto seu Sujeito quanto seu Objeto – o trabalhador (com suas capacidades naturais e uma intenção propositada) de um lado, e o objeto do trabalho (o material a ser transformado), de outro.

Para uma compreensão mais estruturada da noção temporal por nós agora trabalhada, no que corresponde à abordagem geomorfológica, iremos entender essas duas concepções que acima nos referimos (morfogênese e morfodinâmica), no intuito de diferenciá-las para algumas considerações.

Portanto, Morfogênese e Morfodinâmica, como as nomeações sugerem, tratam dos processos que dão forma ao relevo terrestre e suas interações com caracteres que podem trazer transformação de seus aspectos, ou seja, trazer dinamicidade à existência do relevo. Para evidenciar melhor estes conceitos, devemos explanar sobre o que caracteriza, de fato, cada um deles. Assim sendo,

a análise da formação e estruturação das diversas formas e tipos de relevo por processos unicamente da natureza ocorre por meio do tempo geológico, o tempo da morfogênese. Por outro lado quando as análises estão voltadas aos usos e ocupações do relevo pela sociedade e seus respectivos impactos, o recorte de tempo é o histórico, o tempo da morfodinâmica (SANTOS, 2009, p.25).

A morfogênese, dentro de uma análise baseada na Geomorfologia, constitui os processos que dão origem às formas do relevo, relacionados a uma interação com os tempos longos. As formações dos relevos, a princípio, estão ligadas aos processos geológicos e climatológicos a partir do quaternário. Essas concepções, segundo Rossato & Silva (2004), estão associadas às idéias de tempo geológico ou tempo profundo que tiveram sua emergência com James Hutton. O tempo aqui tende a ser linear, sem ritmos e oscilações decorrentes da ação humana. Os ritmos são resultados da própria ação da dinâmica da natureza (SANTOS, 2009, p.25).

Já a morfodinâmica está imbricada numa perspectiva de tempos mais curtos, ou seja, o tempo histórico é o componente dessa abordagem. Essa concepção de passagem de tempo é mais perceptível à nossa capacidade de compreensão imediata. Dentro do tempo histórico inserimos a natureza pelo prisma da emergência do modo capitalista de produção.

Partindo desse ponto, a relação homem/natureza se torna um espelho do modo como os homens se relacionam (CASSETI, 1991). Ao se relacionarem, os homens definem seus modos de produção e, conseqüente a isso, impõem à natureza suas necessidades, transformando a paisagem e o tempo em que estão inseridos.

Levando em conta o modo de produção da sociedade burguesa, o capitalismo, se tem que, de modo geral, somos regidos pela necessidade de tempo rápido. O cotidiano está ligado aos ponteiros dos relógios que doutrinam a existência contemporânea. De tal modo, a natureza também se insere nesse contexto.

A forma de abordagem sobre os componentes tidos como “naturais” está compreendida na idéia de que se passaram anos, dias, horas, minutos, segundos e seus desdobramentos menores. A morfodinâmica, dentro da sociedade capitalista industrial, possui uma dinamicidade acelerada de processos que, com suas características endógenas e exógenas, se aplicam de maneira mais rápida que a cem, duzentos ou milhões de anos atrás. Podemos subordiná-la cada vez mais e reproduzi-la no tempo que faz, ou seja, em tempo curto, com ritmo rápido ou lento, dependendo da demanda da sociedade (Suertegaray, 2002).

Como podemos observar,

no tempo histórico ou tempo que faz, as morfologias da paisagem são transformadas e esculptadas, seja por processos naturais ou por pro-

cessos humanos. É o tempo em que as ações antrópicas manifestam-se consideravelmente no ambiente, sendo facilmente percebido e sentido por estar em constante mudança. Difunde-se a compreensão do homem como agente geológico-geomorfológico, ou como produtor/intensificador de processos geológico-geomorfológicos (SANTOS, 2009, p.25).

Ou seja, essa nova forma de caracterizar a atuação humana sobre o relevo nos indica que o homem passa a ser o fator condicionante na elaboração do que entendemos por tempo e, nesse caso, o tempo da natureza. Ao contrário do que se compreendia temporalmente entre os séculos XI e finais do século XIV, agora, a passagem temporal, resultante do contexto histórico engendrado por uma nova significação dos processos produtivos na Europa, passa a ser condicionada pelo tempo socialmente construído.

Portanto, temos aqui, brevemente caracterizadas as propositivas da morfogênese e da morfodinâmica que se inserem no contexto da efetivação de um processo de construção temporal em relação ao cotidiano e, sobretudo, em relação às inserções que correspondem à natureza.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Visto que a abordagem sobre o tempo pode ser observada pela lógica da construção histórica, temos a necessidade de salientar que a natureza não é algo estático/permanente em suas implicações geográficas. Pelo contrário, é na configuração dos processos entre o homem e o espaço que surgem as perspectivas de criação dos significados para o contexto da sociedade ocidental e sua inserção na perspectiva da natureza.

Desse modo, buscamos desenvolver certa compreensão de que a categoria tempo é socialmente construída e que, ao abordarmos essa faceta da realidade, nas proposições sobre a Geografia Física, devemos levar em consideração o processo social de construção desse tempo.

Portanto, a relação homem/espaço é portadora de significados que, historicamente, são engendrados a partir da relação metabólica com a natureza mediada pelo trabalho. Esse fato traz consigo a compreensão dialética dos processos naturais e sociais, nos revelando que o tempo da natureza, mesmo inserido em sua dinâmica de matéria e energia, é forjado pela classe social que domina o cenário das concepções e o modo de produção hegemônico.

THE HISTORY CONSTRUCTION OF THE TIME AND ITS REPERCUSSION ON THE UNDERSTANDING OF THE NATURE

Abstract - Taking account that the time is socially produced, seeks with this work entwine the built of the time notion, elapsed of the ascension of the merchant class in the european society, with their implications for understanding the transformation of the nature's time in the course of the

occidental history. In this sense, we seeks analyze the time's category in the Middle Age some temporal implications stemmed in ascension of the merchant class and the way that this process can relate with the conceptions of morphogenesis and morphodynamics of the nature.

Keywords: Time. History. Nature. Morphogenesis. Morphodynamics.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Ronaldo. **O fim do(s) tempo(s) como o fim da história. Uma discussão sobre as mutações da concepção e percepção do tempo entre o último período antigo e o advento do cristianismo.** In. Revista eletrônica Mirabilia, 2010, Vol. 11, nº1, p. 156 – 168.

BAUAB, Fabrício Pedroso. **Da Geografia Medieval às Origens da Geografia Moderna: contrastes entre diferentes noções de natureza, espaço e tempo.** Tese de doutorado. Presidente Prudente:[s.n.] 2005.

CASINI, Paolo. **Natureza.** Barcelona: Editorial Labor, 1977.

CASSETI, Valter. **Ambiente e Apropriação do Relevo.** São Paulo: ED. Contexto, 1991.

HARVEY, David. **A Condição Pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural.** Trad. Adail U. Sobral/ Maria S. Gonçalves. São Paulo: Loyola, 2003.

LE GOFF, Jacques. **A Civilização do Ocidente Medieval.** Trad. Manuel Ruas. Lisboa: Estampa, 1983.

LE GOFF, Jacques. **Para um Novo Conceito de Idade Média: tempo, trabalho e cultura no ocidente.** Lisboa: Estampa, 1993.

ROSSATO, Maíra Suertegaray; SILVA, Dakir Larara Machado da. **A reconstrução da paisagem metropolitana de Porto Alegre: o tempo do homem e a degradação ambiental na cidade.** In: Roberto Verdun; Luis Alberto Basso; Dirce Maria Antunes Suertegaray (Org.). Rio Grande do Sul: paisagens e territórios em transformação. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004, p.107-124.

RUST, Leandro Duarte. **Jacques Le Goff e a Representação do Tempo na Idade Média.** In. Revista de História e Estudos Culturais. Vol. 5. Nº2, p.2 – 19, 2008.

SANTOS, Caio Augusto Marques dos. **O Relevo e o Sistema de Afastamento e Tratamento de Esgoto da Cidade de Marília – SP.** Dissertação de mestrado. Presidente Prudente: [s.n.], 2009.

SANTOS, Douglas. **A Reinvenção do Espaço: diálogos em torno da construção do significado de uma categoria.** São Paulo: Ed. Unesp, 2002.

SMITH, Neil. **Desenvolvimento Desigual: natureza, capital e produção do espaço.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes. **Novos ritmos da natureza.** 2011.